

APRESENTAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passou a vigorar a partir de 22 de janeiro de 1998, é considerado como um dos códigos mais avançados do mundo, pois trouxe consigo muitas inovações. Uma das mais significativas é que, pela primeira vez, o código traz um capítulo exclusivo à educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino.

Para atender ao disposto no CTB, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) elaborou estas **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental**, cuja finalidade é trazer um conjunto de orientações capaz de nortear a prática pedagógica voltada ao tema trânsito.

Porém, mais do que o cumprimento da lei, acreditamos que por meio da educação será possível reduzir o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito e construir uma cultura de paz no espaço público. Isso porque a educação para o trânsito requer ações comprometidas com informações, mas, sobretudo, com valores ligados à ética e à cidadania.

Por isso, este documento pretende oferecer aos professores do ensino fundamental a oportunidade de desenvolver atividades que tragam à luz a importância da adoção de posturas e de atitudes voltadas ao bem comum; que favoreçam a análise e a reflexão de comportamentos seguros no trânsito; que promovam o respeito e a valorização da vida.

É, portanto, com sentimento de otimismo e satisfação que publicamos estas diretrizes, desejando que contribuam, efetivamente, para o processo de implementação da educação para o trânsito nas escolas de forma permanente.

Temos certeza de que este é um marco histórico da maior relevância para o trânsito brasileiro, não somente pelo conteúdo apresentado, mas por seu significado no contexto da legislação e por representar um grande passo para a conquista do direito de ir e vir com segurança.

ALFREDO PERES DA SILVA

Diretor do Denatran

Presidente do Contran

INTRODUÇÃO

Estas **Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental** são referências e orientações pedagógicas para a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares e ancoram-se nos seguintes fundamentos:

I - nas bases legais que orientam:

a) os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira;

b) o Sistema Nacional de Trânsito;

II - na dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;

III - no reconhecimento do trânsito como tema de urgência social, de abrangência nacional, que apresenta possibilidade de ensino e aprendizagem e que favorece a compreensão da realidade e a participação social;

IV - no conjunto de valores que regulam nosso sistema de convivência e que envolvem o pensar e o agir de cada pessoa, respeitando sua liberdade;

V - nas fases de desenvolvimento do aluno e nas características específicas de cada etapa de ensino.

VI - nas diversidades culturais, nos diferentes espaços geográficos e nas relações que neles ocorrem, nas características regionais e locais da sociedade, da economia e da clientela.

A inclusão do trânsito como tema transversal tem como objetivos:

I - priorizar a educação para a paz a partir de exemplos positivos que reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;

II - desenvolver posturas e atitudes para a construção de um espaço público democrático e equitativo, por meio do trabalho sistemático e contínuo, durante toda a escolaridade, favorecendo o aprofundamento de questões relacionadas ao tema trânsito;

III - superar o enfoque reducionista de que ações educativas voltadas ao tema trânsito sejam apenas para preparar o futuro condutor;

IV - envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas;

VI - contribuir para mudança do quadro de violência no trânsito brasileiro que hoje se apresenta;

VII - criar condições que favoreçam a observação e a exploração da cidade, a fim de que os alunos percebam-se como agentes transformadores do espaço onde vivem.

Para que o tema trânsito possa ser implementado com êxito no Ensino Fundamental é muito importante adotar procedimentos, considerando:

I - o planejamento de atividades que promovam a análise, o debate e a reflexão sobre diferentes situações relacionadas ao transitar humano;

II - o uso do ambiente real de circulação (a cidade) como principal recurso educativo para o exercício da cidadania no trânsito;

III - a produção e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema a partir do incentivo à pesquisa, à leitura e à escrita, à criatividade, à troca de idéias e de experiências;

IV - a promoção do envolvimento da família e da comunidade em atividades voltadas ao tema;

V - a execução de ações e a utilização de recursos educativos que expressem as concepções adotadas nesta publicação.

É importante salientar que este documento vem ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN) ao explicitarem que de acordo com a realidade de cada lugar, as escolas podem eleger, se quiserem – além dos temas transversais estabelecidos – temas locais para serem trabalhados.

(...) Tomando-se como exemplo o caso do trânsito, vê-se que, embora esse seja um problema que atinge uma parcela significativa da população, é um tema que ganha significado principalmente nos centros urbanos, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de natureza extremamente diversa. Pense-se, por exemplo, no direito ao transporte associado à qualidade de vida e à qualidade do meio ambiente; ou o desrespeito às regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos que, no mundo, causa maior número de mortes). Assim, visto de forma ampla, o tema trânsito remete à reflexão sobre as características de modos de vida e relações sociais.

Parâmetros Curriculares Nacionais: *apresentação dos temas transversais, ética*. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. p.35.

Além disso, ao publicar estas diretrizes, o Denatran acata sugestão do Conselho Nacional de Educação, emitida por meio do Parecer CNE/CEB n. 22/2004, de 05 de agosto de 2004, homologado no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2005 firmando que:

As instituições de ensino brasileiras devem considerar, na definição de seus projetos pedagógicos, a busca de comportamentos adequados no trânsito. (...)

A fim de facilitar a propagação da idéia sugere-se ao Denatran que envide esforços no sentido de produzir material de apoio para que as escolas possam utilizá-lo nos seus projetos de educação para o trânsito.

Sendo assim, a inserção do trânsito como tema transversal às áreas curriculares é um importante desafio lançado aos educadores brasileiros para que seja possível a construção de um espaço público mais justo, mais humano e cidadão.

1. IMPORTÂNCIA DO TEMA

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), 1 milhão de crianças entre 0 e 14 anos morrem em decorrência de acidentes todos os anos ao redor do mundo e cerca de 50 milhões ficam com sequelas permanentes.

No Brasil, os acidentes representam a principal causa de morte de crianças entre 0 e 14 anos. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 6 mil crianças até 14 anos morrem e 140 mil são hospitalizadas anualmente no país, representando R\$ 63 milhões gastos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estudo de Mortalidade e Hospitalização por Acidentes com Crianças até 14 anos, coordenado pela ONG Criança Segura, divulgado em 2007, revela que dentre os acidentes com crianças de até 14 anos, o trânsito é responsável por 40% das mortes, como pode ser observado no quadro a seguir:

Tipo de acidente	Total de mortes 0 a 14 anos		
	2005	2004	2003
Acidentes de trânsito	2.364 (40,7%)	2.427 (41,1%)	2.446 (41%)
Afogamento	1.496 (25,7%)	1.533 (26%)	1.527 (25%)
Sufocação	806 (13,9%)	791 (13,4%)	771 (13%)
Queimaduras	367 (6,3%)	387 (6,6%)	420 (7%)
Outros	317 (5,5%)	329 (5,6%)	367 (6%)
Quedas	310 (5,3%)	292 (4,9%)	289 (5%)
Intoxicações (envenenamento)	108 (1,9%)	109 (1,8%)	121 (2%)
Armas de fogo	40 (0,7%)	34 (0,6%)	52 (1%)
Total	5.808	5902	5993

DATASUS – Ministério da Saúde 2003/2004

Acidentes ocorridos em meio terrestre, excluindo-se os meios aéreos, aquáticos e não identificados.

Importante salientar que das 2.364 crianças mortas em acidentes de trânsito em 2005, 1.109 eram pedestres, vítimas de atropelamentos.

Os números relativos a 2005, expressos acima, denunciam a morte de, aproximadamente, 7 crianças por dia em acidentes de trânsito no Brasil, excluindo aquelas hospitalizadas e com seqüelas temporárias ou permanentes.

Estudo recente realizado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) também aponta para a preocupante realidade dos acidentes de trânsito envolvendo crianças. Entre 2000 e 2007, considerando os acidentes nos quais houve identificação da idade das vítimas, 187.600 mil crianças, de 0 a 12 anos, sofreram acidentes de trânsito, sendo que 8.029 morreram.

Os números apresentados demonstram a necessidade e a urgência da adoção de medidas, sobretudo educacionais, capazes de reverter esta situação que, conforme o Ministério da Saúde, pode ser configurada como uma séria questão de saúde pública.

Diante disso, a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares torna-se imprescindível, pois o trabalho permanente nas escolas provocará,

indubitavelmente, mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança das crianças no espaço público.

2. TRANSVERSALIDADE

A transversalidade refere-se à ação pedagógica que se propõe a trabalhar com temas, considerados relevantes, cujos conteúdos – sobretudo atitudinais – podem estar relacionados a todas as disciplinas. Portanto, um tema transversal não é uma disciplina. Ele *transpassa* as disciplinas, tendo como principais objetivos potencializar valores, fomentar comportamentos e desenvolver posturas e atitudes frente à realidade social.

Os PCN esclarecem a proposta de *transversalidade* quando explanam sua diferença em relação à *interdisciplinaridade*:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Sendo assim, os temas transversais têm por objetivo trazer à tona, em sala de aula, questões sociais que possibilitem a construção da democracia e da cidadania.

É importante esclarecer que os temas transversais não são novas áreas ou disciplinas. Eles devem ser incorporados ao projeto pedagógico das escolas, por isso têm caráter de transversalidade, sendo parte integrante das áreas e não algo estanque.

Os temas transversais *entram* no ensino das áreas para serem refletidos e analisados a partir de um trabalho compartilhado entre alunos e professores.

O trânsito, compreendido de modo abrangente, pode ser inserido de forma transversal em todas as disciplinas, pois se trata de um tema inerente à realidade de todas as pessoas, em todos os tempos, em todos os lugares.

3. TRÂNSITO E CURRÍCULO

A palavra *currículo* pode ser entendida como o conjunto das disciplinas escolares ou, ainda, como a exposição dos conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina. Porém, a concepção do termo currículo, na educação brasileira atual, vai além da simples enumeração dos conteúdos referentes às áreas do conhecimento (disciplinas). O currículo está expresso em princípios e metas que devem nortear o projeto pedagógico da escola.

Em seu projeto pedagógico, a escola deve programar o que ensinar em cada área do conhecimento (conteúdos), mas deve se comprometer, também, com o desenvolvimento de capacidades que possibilitem ao aluno intervir em sua realidade para transformá-la.

Por isso, para que o trânsito seja inserido no currículo escolar, é indispensável que seja concebido e tratado com a finalidade de assegurar o direito de ir e vir: a pé, de

automóvel, de bicicleta, de caminhão, de barco, de trem ou com qualquer outro meio de transporte.

A compreensão do trânsito como parte da vida cotidiana de todas as pessoas; sua necessidade de locomoção no espaço, de comunicação com o espaço e, sobretudo de convívio social no espaço público, favorecerá o trabalho educativo com foco em atividades nas quais os alunos assimilem com clareza que os conflitos no trânsito só podem ser minimizados quando valores, posturas e atitudes estiverem voltados ao bem comum.

A escola, como espaço determinante à apreensão, à compreensão, à análise e à reflexão da realidade torna possível a ação dos alunos como sujeitos históricos, pois não há democracia sem participação. E, para viver em uma sociedade verdadeiramente democrática é necessário exigir os direitos conquistados; conhecer e respeitar as leis; agir com consciência e responsabilidade e acompanhar as transformações do mundo, num processo de aprendizagem permanente.

A inserção do tema trânsito no currículo escolar requer, portanto, ações educativas permanentes que transcendam a aprendizagem de regras, normas e leis de trânsito. É possível ensinar a uma criança como atravessar uma via de forma segura. Entretanto, além deste ensinamento, podem ser criadas situações que mostrem como ajudar uma pessoa portadora de deficiência a atravessar a via, por exemplo. Logo, a inserção do tema trânsito nas áreas curriculares deve ir além de *ensinar o que fazer*; deve *ensinar como ser*. Trabalhar em favor de uma educação para a vida, que contribua para o desenvolvimento das pessoas em sua socialização no espaço público é o grande desafio e o compromisso a ser assumido pelos professores do Ensino Fundamental.

4. OBJETIVOS GERAIS DO TEMA TRÂNSITO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A inclusão do tema trânsito no currículo das instituições de Ensino Fundamental deve ser organizada de forma a possibilitar ao aluno:

- I - conhecer a cidade onde vive, tendo oportunidade de observá-la e de vivenciá-la;
- II - conhecer seus direitos e cumprir seus deveres ao ocupar diferentes posições no trânsito: pedestre, passageiro, ciclista;
- III - pensar e agir em favor do bem comum no espaço público;
- IV - manifestar opiniões, idéias, sentimentos e emoções a partir de experiências pessoais no trânsito;
- V - analisar fatos relacionados ao trânsito, considerando preceitos da legislação vigente e segundo seu próprio juízo de valor;
- VI - identificar as diferentes formas de deslocamento humano, desconstruindo a cultura da supervalorização do automóvel;
- VII - compreender o trânsito como variável que intervém em questões ambientais e na qualidade de vida de todas as pessoas, em todos os lugares;
- VIII - reconhecer a importância da prevenção e do autocuidado no trânsito para a preservação da vida;

IX - adotar, no dia-a-dia, atitudes de respeito às normas de trânsito e às pessoas, buscando sua plena integração ao espaço público;

X - conhecer diferentes linguagens (textual, visual, matemática, artística, etc.) relacionadas ao trânsito;

XI - criar soluções de compromisso para intervir na realidade.

5. CONTEÚDOS

A Lei n. 11.274, aprovada em fevereiro de 2006, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

A implementação do ensino fundamental de nove anos tem dois objetivos principais: oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

A nova organização do Ensino Fundamental deverá incluir dois elementos: os nove anos de trabalho escolar e a nova idade que integra esse ensino.

Para garantir uma nomenclatura comum às múltiplas possibilidades de organização desse nível de ensino (séries, ciclos, outros – conforme Artigo 23 da Lei n. 9.394/96), o Ministério da Educação (MEC) sugere que o Ensino Fundamental seja assim mencionado:

ENSINO FUNDAMENTAL								
ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS			
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano

Nesse sentido, os conteúdos apresentados a seguir respeitarão a orientação do MEC no que diz respeito à organização do Ensino Fundamental.

É importante salientar, também, que tais conteúdos estão referenciados no princípio da **prevalência dos direitos humanos**, um dos princípios estabelecidos na Constituição Brasileira, bem como no Código de Trânsito Brasileiro.

Os conteúdos foram reunidos em seis blocos gerais, explicitados adiante, e selecionados com base nos seguintes critérios:

- a possibilidade de inclusão do tema trânsito no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar;
- a necessidade do ensino e da aprendizagem de conceitos, procedimentos, valores e atitudes como forma de reverter o quadro de violência evidenciado no trânsito brasileiro;
- a importância da análise e da reflexão acerca do tema trânsito como forma de preservação da vida.

5.1 Conteúdos para os anos iniciais (1º ao 5ºanos)

5.1.1 Os lugares

Este bloco tem a função de promover situações que levem à observação, à exploração, à análise, ao debate e à produção de conhecimentos sobre os lugares onde os alunos vivem e que fazem parte de seu cotidiano: a casa, a escola, a rua de casa, a rua da escola, o bairro, o entorno.

Para trabalhar com este bloco foram eleitos os seguintes conteúdos:

- os diferentes tipos de moradia em função de condições climáticas, culturais, sociais, econômicas; as regras da casa; a organização do espaço físico; a forma de locomoção das famílias;
- a organização da sala de aula; os locais apropriados para a realização de diferentes tipos de atividades; as regras da escola; as regras da sala; a preservação do espaço físico da escola, do seu mobiliário e de todo o seu patrimônio; os *pontos críticos* da escola (locais onde podem ocorrer acidentes e quedas); as características do entorno da escola e do bairro onde se localiza; os problemas no trânsito enfrentados durante o período de entrada e saída dos alunos;
- as características do trânsito em áreas rurais próximas a estradas e rodovias; em bairros comerciais, residenciais e industriais; as diferentes atividades exercidas nos bairros e sua relação com o trânsito de pedestres e de veículos; a história do bairro onde se localiza a escola; as transformações ocorridas na paisagem natural;

5.1.2 A cidade

Este bloco parte da cidade compreendida como lugar *onde se pode praticar a vida*, sendo o ponto de partida e o principal recurso educativo para trabalhar com questões relacionadas ao tema trânsito.

Os seguintes conteúdos podem ser abordados neste bloco:

- os aspectos da paisagem da cidade em relação à cultura, ao lazer, às atividades comerciais, industriais, financeiras;
- a história da cidade e as transformações da paisagem natural;
- a influência do trânsito em aspectos ambientais e sua relação com a qualidade de vida dos habitantes;
- a importância de uma cidade acessível a todas as pessoas: guias rebaixadas, elevadores em pontos de ônibus (plataforma de elevação vertical), vagas para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência física, pisos especiais para pessoas com deficiência visual; a necessidade de adaptação e adequação das construções arquitetônicas para possibilitar o acesso de todas as pessoas;
- a planta da cidade para a identificação de vias paralelas, vias transversais, vias preferenciais, pontos referenciais, localização de endereços;
- o transporte público: condições, itinerários, quantidade para atender a demanda de deslocamento da população;
- locais apropriados para lazer, caminhadas, andar de bicicleta (ciclovias, ciclofaixas);

- condições das calçadas e das vias da cidade para o trânsito seguro de pedestres e de veículos.

5.1.3 O direito de ir e vir

Este bloco pretende oferecer elementos que suscitem o debate sobre a necessidade e o direito que todas as pessoas têm de locomover-se com segurança no espaço público, bem como sobre a importância de conhecer e de respeitar as regras e as normas sociais e legais que regem tal direito.

Para este bloco foram eleitos os seguintes conteúdos:

- as diferentes posições ocupadas pelos alunos do ensino fundamental no trânsito (pedestre, passageiro, ciclista);
- as características das vias abertas à circulação urbana, conforme sua utilização e a compreensão das regras para a locomoção segura em cada uma delas (via de trânsito rápido, via arterial, via coletora, via local);
- as diferentes formas de locomoção no decorrer dos tempos, evolução histórica dos meios de transporte;
- as diferentes formas de locomoção em diferentes paisagens e regiões brasileiras;
- as dificuldades de locomoção enfrentadas por pessoas com deficiências físicas, motoras e sensoriais;
- a diferença entre o automóvel utilizado como meio de locomoção e como bem de consumo e/ou símbolo de *status* social;
- a importância do direito ao transporte público de qualidade e da prática do transporte solidário.

5.2 Conteúdos para os anos finais (6º ao 9º anos)

5.2.1 As linguagens do trânsito

A intenção deste bloco é explorar as diferentes linguagens utilizadas no trânsito, percebendo-as como forma objetiva de traduzir mensagens fundamentais à locomoção segura das pessoas no espaço público.

No trânsito é possível encontrar, basicamente, três tipos de linguagem: a **visual**, baseada em ícones (figuras e imagens); a **sonora**, em sons emitidos pelo agente de trânsito, pelas buzinas dos veículos; e a **gestual**, em gestos dos agentes de trânsito, de condutores, pedestres, ciclistas, motociclistas e demais usuários das vias públicas. São estas linguagens que possibilitam a comunicação com o espaço público e no espaço público. Se as pessoas não decodificarem as mensagens transmitidas por meio das linguagens utilizadas no trânsito, causarão situações de conflito e acidentes.

Os conteúdos definidos para este bloco são:

- a sinalização de trânsito e sua importância para assegurar a locomoção de todas as pessoas (motorizadas ou não): sinalização horizontal, sinalização vertical, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos, sonoros, gestos do agente de trânsito, do condutor e do pedestre;
- sinais e gestos do ciclista para transitar em vias públicas;

- avanços tecnológicos dos dispositivos de fiscalização auxiliar: radares, fotossensores, lombadas eletrônicas;
- consequências ocasionadas ao meio ambiente em função da poluição sonora e visual dos centros urbanos.

Os conteúdos deste bloco, especialmente aqueles relacionados à sinalização, devem ter como objetivo promover a análise e a compreensão das mensagens transmitidas. Compreender, neste caso, não significa *repetir*, *memorizar* ou, simplesmente, *obedecer* aos sinais de trânsito, mas descobrir suas razões pelo entendimento progressivo, a partir de vivências e de recursos educativos atraentes que incentivem a pesquisa, a observação e o estudo sobre o assunto.

Assim, os conteúdos partirão do universo cultural dos alunos que, confrontado com o conhecimento formal, promoverá uma nova leitura da realidade, refletindo em mudança de atitude frente ao trânsito.

5.2.2 Segurança no trânsito

Todos os conteúdos enumerados até o momento envolvem, direta ou indiretamente, a palavra-chave do trânsito: **segurança**.

Na acepção da palavra, segurança é *a qualidade ou condição do que é seguro, livre de risco*. Sendo assim, os veículos devem ser seguros, as vias devem ser seguras, as calçadas devem ser seguras, enfim o espaço público deve ser seguro, ou seja, livre de risco para todas as pessoas. Garantir a segurança neste espaço é tarefa dos órgãos públicos.

De acordo com o § 2º do Artigo 1º do CTB:

O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar medidas a assegurar este direito.

Já o Artigo 72 dispõe que:

Todo o cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

Como é possível constatar, de acordo com a lei, todas as pessoas podem e devem exigir o direito de transitar com segurança.

Entretanto, há aquelas que, em vez de reclamarem por medidas de segurança, adotam **comportamentos de risco**: desrespeitam a sinalização, dirigem em alta velocidade, não utilizam equipamentos de segurança obrigatórios, bebem e dirigem, entre tantas outras atitudes que deveriam ser repudiadas pela sociedade, mas tornaram-se tão recorrentes que, muitas vezes, são banalizadas.

Por isso, neste bloco é fundamental que os alunos compreendam que nenhuma atitude no trânsito pode ser considerada sob o ponto vista individual, uma vez que a adoção de comportamentos de risco expõe, também, a vida de outras pessoas.

Portanto, a prática de ações livres de risco (ações seguras) é o princípio básico para impedir a ocorrência de acidentes no trânsito. No caso do trânsito, o significado da palavra acidente, como *acontecimento casual, fortuito e imprevisto*, perde o sentido,

pois os acidentes de trânsito são, em regra, previsíveis, ou seja, podem ser evitados a partir da adoção de comportamentos seguros.

Com a finalidade de orientar os alunos à adoção de valores, posturas e atitudes seguras no trânsito, para este bloco foram selecionados os seguintes conteúdos:

- **segurança de pedestres:** locais seguros para atravessar vias; roupas claras para melhor ser visto, uso de adesivos reflexivos em mochilas; regras para transitar em calçadas; cuidados com locais de risco (saídas de garagens, estacionamentos); importância de ver e ser visto;
- **segurança de passageiros:** respeito às regras e às normas para transitar no interior de veículos (automóvel, transporte escolar, transporte coletivo) e como passageiros em motocicletas, conforme a idade das crianças; a importância do uso do cinto e demais equipamentos de segurança;
- **segurança de ciclistas:** acessórios de segurança para os ciclistas (capacete, cotoveleira, luvas, sapatos fechados, roupas claras); equipamentos de segurança para as bicicletas (sinalização noturna dianteira, nos pedais, nas laterais e traseira da bicicleta, espelho retrovisor do lado esquerdo e campainha); cuidados com a bicicleta (pneus, freios); os casos em que o ciclista deve desmontar da bicicleta para transitar como pedestre; os perigos de *pegar carona* na traseira de ônibus ou caminhões;
- **órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT):** a importância de conhecer as competências estabelecidas para cada órgão e entidade que compõe o SNT, descritas no CTB.

5.2.3 Convivência social no trânsito

Como já mencionado, nenhuma atitude no trânsito pode ser concebida sob o ponto de vista individual, pois todas as pessoas se locomovem num espaço público, ou seja, num espaço que pertence a toda a coletividade. Neste espaço de relacionamento interpessoal podem ser criadas situações harmoniosas ou de conflito.

De acordo com o autor Eduardo Vasconcellos existem dois tipos de conflito no trânsito: físico e político.

O *conflito físico*, mais aparente no trânsito, é caracterizado pela disputa do espaço: quando um pedestre quer atravessar a via no meio dos veículos ou quando dois veículos se aproximam ao mesmo tempo de um cruzamento. O *conflito político* reflete o interesse pessoal no trânsito, de acordo com as posições ocupadas em um determinado momento: quando a pessoa é pedestre, exige que os veículos parem para lhe dar passagem, mas quando dirige um veículo, reclama dos pedestres e não dá passagem.

É importante ressaltar que a posição das pessoas no trânsito muda constantemente. Isso possibilita o entendimento que não existem pedestres, condutores ou passageiros como seres imutáveis. Vem daí, a importância de desenvolver atividades nas quais os alunos assumam diferentes posições e compreendam que os conflitos no trânsito só podem ser minimizados quando suas atitudes, independentemente da posição ocupada, estiverem voltadas ao **bem comum**.

Assim sendo, este bloco deve enfatizar conteúdos que suscitem análises, reflexões e debates sobre o comportamento das pessoas no trânsito, não para sentenciar

culpas, mas para favorecer aprendizagens que possam ser refletidas por meio de atitudes éticas e de cidadania.

Os conteúdos eleitos para este bloco são:

- respeito ao espaço público e ao patrimônio cultural;
- educação no trânsito: dar a vez; ceder o lugar; ajudar as pessoas; evitar conflitos;
- consequências do uso de bebida alcoólica e de substâncias psicoativas tanto para condutores quanto para pedestres;
- o estudo da interdependência entre trânsito e violência;
- a reflexão sobre menores ao volante;
- a análise das causas dos acidentes de trânsito;
- a responsabilidade dos condutores de veículos em relação aos pedestres;
- a análise de casos reais relacionados a acidentes e *brigas* no trânsito, divulgados pela mídia.

6. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

A partir de uma visão abrangente acerca do tema, o trânsito pode ser inserido em todas as áreas curriculares, conforme exemplos explicitados a seguir.

6.1 Trânsito na Língua Portuguesa

O estudo da Língua Portuguesa deve criar condições para que os alunos sejam capazes de ler, interpretar e produzir a língua, de modo a compreenderem e serem compreendidos. O domínio da língua está diretamente relacionado à participação social, pois é por meio dela que as pessoas se comunicam, têm acesso às informações, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem conhecimento.

A linguagem verbal possibilita a representação da realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Não se trata apenas da representação e da regulação do pensamento e da ação, próprios e alheios, como também expressa idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas. Desse modo, a linguagem verbal é capaz de influenciar o outro e de estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes.

Para desenvolver a oralidade, a escola deve criar situações que gerem o debate, provocando a manifestação de idéias, pensamentos, sentimentos, opiniões, julgamentos. No caso do trânsito, uma gama de assuntos pode ser trazida a debate: questões relacionadas ao comportamento de pedestres, condutores, ciclistas, motociclistas; consequências do uso de álcool no trânsito; importância das relações estabelecidas no espaço público; necessidade de uso de equipamentos de segurança, etc.

O ensino da língua não pode estar limitado a um tipo de texto. É fundamental que os alunos tenham acesso às diferentes formas de expressão escrita, coletadas em diversas fontes: livros, jornais, revistas, panfletos, folhetos, dicionários, enciclopédias, guias, gibis, etc. O trânsito pode ser trabalhado, especialmente, a partir da leitura,

análise e interpretação de textos jornalísticos, pois é bastante comum encontrar nos jornais matérias sobre o assunto. No entanto, folhetos educativos, livros paradidáticos e de literatura, crônicas, quadrinhos, entre tantos outros recursos podem suscitar debates e reflexões.

Os alunos também devem ser incentivados a produzir textos: registrar por escrito as observações do trânsito de sua cidade, elaborando descrições subjetivas, propiciando a seqüencialização das imagens visuais no processo da escrita. A produção de panfletos, de cartazes e de outros materiais de trânsito, também promove a criatividade escrita: criar *slogans* ou frases sobre os conhecimentos adquiridos estimula a troca de idéias entre o grupo. Distribuir as produções realizadas aos demais alunos da escola e à comunidade é uma forma de estabelecer relações sociais.

6.2 Trânsito na Matemática

De acordo com os PCN:

Um currículo de Matemática deve procurar contribuir, de um lado, para a valorização da pluralidade sociocultural, impedindo o processo de submissão no confronto com outras culturas; de outro, criar condições para que o aluno transcenda um modo de vida restrito a um determinado espaço social e se torne ativo na transformação de seu ambiente. A compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais também dependem da leitura e interpretação de informações complexas, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania, é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente, etc.

Esta abordagem faz pensar na Matemática como instrumento indissociável da vida cotidiana de todas as pessoas: comprar, pagar, receber. Por isso, a importância de ser explorada por meio de diferentes linguagens matemáticas: gráficos, tabelas, esquemas.

O trânsito pode ser inserido na Matemática a partir de dados numéricos, representados em tabelas ou gráficos, relacionados à frota veicular, ao número de acidentes, ao número de vítimas fatais e não-fatais, à densidade demográfica, à extensão territorial, entre outros indicadores.

Estudar e debater sobre o número de acidentes; estabelecer relações entre o aumento populacional e o aumento da frota veicular; pesquisar as causas das mortes em acidentes de trânsito; identificar a faixa etária das vítimas do trânsito; identificar os veículos que mais se envolvem em acidentes, entre outras atividades, produzirá aprendizagens significativas sobre o tema. A elaboração e o levantamento de dados também podem sugerir a construção de gráficos, de tabelas, de esquemas, incentivando a produção de linguagens matemáticas.

A resolução de problemas também pode partir de situações ocorridas no trânsito. Assim, os alunos poderão calcular valores atribuídos a multas, pontuações referentes às infrações cometidas, etc.

Entretanto, o mais importante é analisar e refletir os dados coletados e as informações obtidas, oportunizando o debate e a manifestação de opiniões a respeito do tema, pois não basta apenas calcular índices, produzir gráficos e tabelas ou, ainda, efetuar operações matemáticas, sem emitir julgamentos sobre as situações abordadas em sala de aula.

6.3 Trânsito na História

A História deve promover o estudo das obras humanas, do presente e do passado, a fim de que os alunos desenvolvam noções de diferença e semelhança, de continuidade e permanência, no tempo e no espaço, para a formação de sua identidade social. É o saber histórico, acumulado durante muitas gerações, que propicia a produção de novos saberes, transformando e definindo o presente.

O trânsito, compreendido como processo histórico, pode ser trabalhado como objeto de conhecimento em diversos conteúdos. Reconstruir a história da cidade, a partir de pesquisas com pessoas mais velhas da comunidade, de fotos, de visitas a museus pode ser uma atividade interessante para estabelecer relações entre o trânsito do passado e do presente.

A pesquisa sobre a evolução dos meios de transporte e de transporte coletivo conduzirá à análise dos aspectos sociais envolvidos neste processo histórico: meio de transporte como necessidade e como bem de consumo.

Estabelecer relações entre os antigos e o atual Código de Trânsito Brasileiro, contextualizando-os com o momento social e político em que foram aprovados é, também, uma forma de inserir o tema nesta área curricular. Para abordar os conteúdos, o a utilização de imagens (fotos, desenhos, figuras), de vídeos, de livros e demais fontes visuais é importante, uma vez que são recursos indispensáveis para a compreensão dos diferentes cenários que se apresentaram no decorrer dos tempos.

A História oferece inúmeras possibilidades de incluir o tema trânsito ao abordar seus conteúdos, pois seu objetivo maior deve reforçar a visão de que são os homens e as mulheres os sujeitos históricos responsáveis pela construção da realidade.

6.4 Trânsito na Geografia

Atualmente, a Geografia ocupa lugar de destaque na escola, sendo reconhecida como a *ciência do espaço*. Compreendendo que o espaço geográfico não se limita aos aspectos visíveis nas paisagens, o estudo da Geografia transcende ao nível das aparências e mergulha nas manifestações físicas das sociedades que se desenvolvem nas diferentes paisagens.

É possível afirmar que é a dinâmica social que determina as características das paisagens que são observadas e não o contrário. Isto porque as necessidades das pessoas não são sempre as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos. E, dependendo de suas necessidades, as pessoas constroem, por meio de seu trabalho, os lugares. O trabalho humano, nos diversos momentos históricos, é o fator determinante da diferença entre as paisagens e da construção do espaço geográfico.

O enfoque da Geografia recai, portanto, sobre as ações das pessoas (individuais ou coletivas) no espaço e no tempo e as conseqüências destas ações tanto para si próprio quanto para a sociedade.

Assim compreendida, a Geografia tem grande compatibilidade com o tema Trânsito, pois por meio do estudo do espaço geográfico e de suas paisagens, torna-se analisar o fenômeno da urbanização e, conseqüentemente, a problemática que envolve o trânsito, por exemplo. Além disso, o trânsito está estreitamente relacionado ao espaço da produção industrial (bens de produção, bens de consumo), importante aspecto a ser estudado.

Por isso, o tema trânsito pode ser inserido a partir da análise de textos, imagens, filmes e outros recursos educativos que promovam a descrição (verbal ou escrita) de diferentes paisagens; o debate sobre as possíveis relações existentes entre diferentes lugares, com diferentes paisagens; a pesquisa sobre migrações internas e sua relação com o trânsito; as relações sociais que se estabelecem no espaço público de diferentes lugares.

6.5 Trânsito nas Ciências Naturais

O estudo da natureza e do ser humano; do ser humano transformando a natureza; da natureza transformando as ações humanas; da relação entre a ciência e a tecnologia; entre a ciência e a sociedade. São estes os principais eixos condutores às Ciências Naturais que têm como palavras-chaves: ambiente, pessoa, tecnologia.

A inclusão do tema trânsito nas Ciências Naturais propiciará pesquisas, análises, debates e produções relacionadas a questões ambientais: poluição atmosférica provocada pelos veículos automotores, poluição sonora existente nos centros urbanos, poluição visual provocada pela imensa quantidade de anúncios, *outdoors*, pichações espalhadas pelas cidades. O que os governos municipais, estaduais e federal têm feito para reduzir o nível de poluição nas cidades; quais as atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); quais as consequências ambientais provocadas por veículos automotores mal conservados. Estes são apenas alguns questionamentos que podem gerar importantes discussões sobre o trânsito.

Quanto ao aspecto tecnológico, é possível analisar o avanço dos equipamentos de segurança, de sinalização e de fiscalização de trânsito, especialmente, nos últimos anos. A tecnologia tem sido aliada ao trânsito, uma vez que atualmente existem sistemas interligando todos os Departamentos Estaduais de Trânsito. A implantação do sistema de Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) que visa integrar as informações sobre cidadãos, condutores em todo o território nacional; do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que tem como objetivo integrar as informações sobre todos os veículos da frota nacional e do Registro Nacional de Infrações Interestaduais (Renainf) também podem ser fonte de discussões sobre a *era tecnológica* do trânsito.

Ao ser inserido na área de Ciências Naturais, o tema trânsito favorecerá a integração dos alunos ao ambiente e à cultura, oportunizando ações de respeito e de preservação ao espaço público.

6.6 Trânsito na Educação Física

O objetivo da escola com relação à Educação Física não deve se pautar na formação de profissionais do esporte, mas no desenvolvimento das potencialidades corporais de cada aluno por meio de diversas atividades corporais e lúdicas.

Por isso, os jogos, a dança, a ginástica e os esportes devem ser tratados como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura para que os alunos reconheçam e explorem novas possibilidades corporais.

Esta área desempenha papel importante no desenvolvimento mental das crianças e por isso não precisa, necessariamente, restringir-se a exercícios físicos. Por meio de atividades lúdicas e outras estratégias que viabilizem a representação corporal, os

professores terão possibilidade de conhecer com maior profundidade e descobrir as necessidades de seus alunos.

As aulas de Educação Física devem promover, também, a participação integral de todos os alunos nas atividades propostas para que sejam capazes de superar seus próprios limites, sem competições negativas ou conflitos com o grupo.

O tema trânsito pode ser inserido nas aulas de Educação Física com a finalidade de trabalhar lateralidade e espaço, imprescindíveis à locomoção. Podem ser promovidas atividades corporais de deslocamento que solicitem o domínio das noções *esquerda, direita, para frente, para trás*. Questões como brincar em locais perigosos, próximos às vias ou em saídas de garagens também podem ser debatidas durante as aulas de Educação Física, assim como o uso de equipamentos de segurança para andar de bicicleta.

6.7 Trânsito na Arte

O estudo da Arte desenvolve a percepção, a reflexão, a imaginação, a criatividade. Para aprender Arte é preciso conviver com as diferentes linguagens artísticas: pintura, escultura, música, teatro, dança. Conhecer as produções artísticas de diferentes épocas e culturas amplia os horizontes das pessoas; expande seu mundo interior. Por isso, o ensino da Arte deve estar fundamentado em dois relevantes aspectos: o acesso à arte e a possibilidade de manifestar-se artisticamente.

O tema trânsito pode ser perfeitamente inserido na Arte a partir de diversas atividades: produções de peças teatrais, desenhos, pinturas e esculturas relacionadas ao tema; visitas a museus que contam histórias sobre a evolução dos meios de transporte, por exemplo; passeios ao setor histórico da cidade; acesso a pinturas e esculturas que retratam cenas relacionadas ao trânsito em diferentes épocas.

Por meio do acesso à arte os alunos poderão produzir arte e terão condições de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo objetos e formas que estão à sua volta, no exercício de uma observação crítica do que existe na sua cultura, podendo criar condições para uma qualidade de vida melhor, inclusive no trânsito.